



ÍNDICE

PARTE I ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

1	INTRODUÇÃO	3
2	ÂMBITO DE APLICAÇÃO	4
3	OBJECTIVOS GERAIS	5
4	ENQUADRAMENTO LEGAL	6
5	ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO	7
6	ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	8
7	ACTIVAÇÃO DO PLANO	10
7.1	COMPETÊNCIA PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO	10
7.2	CRITÉRIOS PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO	11
8	PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	16



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território	8
Quadro 2 - Matriz de convergência entre o PMEPCB e os Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território	9
Quadro 3 – Definição da probabilidade de ocorrência.....	12
Quadro 4 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “efeitos na população”	12
Quadro 5 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos bens e património”	12
Quadro 6 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos serviços e infra-estruturas”	12
Quadro 7 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos no meio ambiente”	13
Quadro 8 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “características da ocorrência”	13
Quadro 9 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “extensão territorial afectada”	13
Quadro 10 – Matriz de risco (gravidade versus probabilidade).....	13
Quadro 11 – Níveis de alerta do plano	14
Quadro 12 – Factores de agravamento em função de cada risco	14
Quadro 13 – Tipos de exercício	16
Quadro 14 – Exercícios referentes a incêndios florestais e movimentos de vertente	17

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Braga	4
--	---



1

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Braga (PMEPCB), onde são definidas as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a utilizar em futuras operações de protecção civil. Este plano é uma ferramenta que contribui para a minimização das perdas de vida em caso de acidente grave ou catástrofe, assim como para o restabelecimento da normalidade o mais rapidamente possível.

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) apresenta a gestão do risco como um dos domínios de intervenção no âmbito do Ordenamento do Território, sendo que a sua importância é ampliada pela “insuficiente consideração dos riscos nas acções de ocupação e transformação do território” (PNPOT, 2007, pp. 86). O risco foi, aliás, considerado como um dos quatro vectores do modelo territorial pela tomada de consciência de que existem diversos riscos que “pela sua dimensão e complexidade devem ser colocados no topo da agenda política” (idem). Assim, o PMEPCB identifica os riscos e as vulnerabilidades existentes no concelho, de modo a estabelecer uma maior interligação entre os mecanismos de planeamento de emergência de protecção civil e os instrumentos de gestão territorial (IGT).

A elaboração do PMEPCB é regulada pela Directiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil, constante da Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho. Este é um plano de âmbito geral realizado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que poderão ocorrer neste território, sendo o seu director o Presidente da Câmara Municipal de Braga (CMB), ou na sua ausência, o vereador da Protecção Civil ou o vice-presidente da CMB.

Este documento foi elaborado de acordo com as orientações dos Cadernos Técnicos PROCIV, nomeadamente o “Manual de Apoio à elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil”, publicado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e encontra-se organizado em quatro partes:

- Parte I: Enquadramento Geral do Plano;
- Parte II: Organização da Resposta;
- Parte III: Áreas de Intervenção;
- Parte IV: Informação Complementar.

Na Parte I é feita uma apresentação geral do PMEPCB (âmbito de aplicação e objectivos gerais), dos motivos que justificam a sua elaboração, a sua articulação com os IGT e a indicação das condições necessárias para este ser activado.

Na Parte II são tipificadas as missões, o modo de actuação e a articulação dos agentes de protecção civil e demais organismos e entidades de apoio, ou seja, é apresentada a organização da resposta.

Na Parte III são apresentadas as áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.



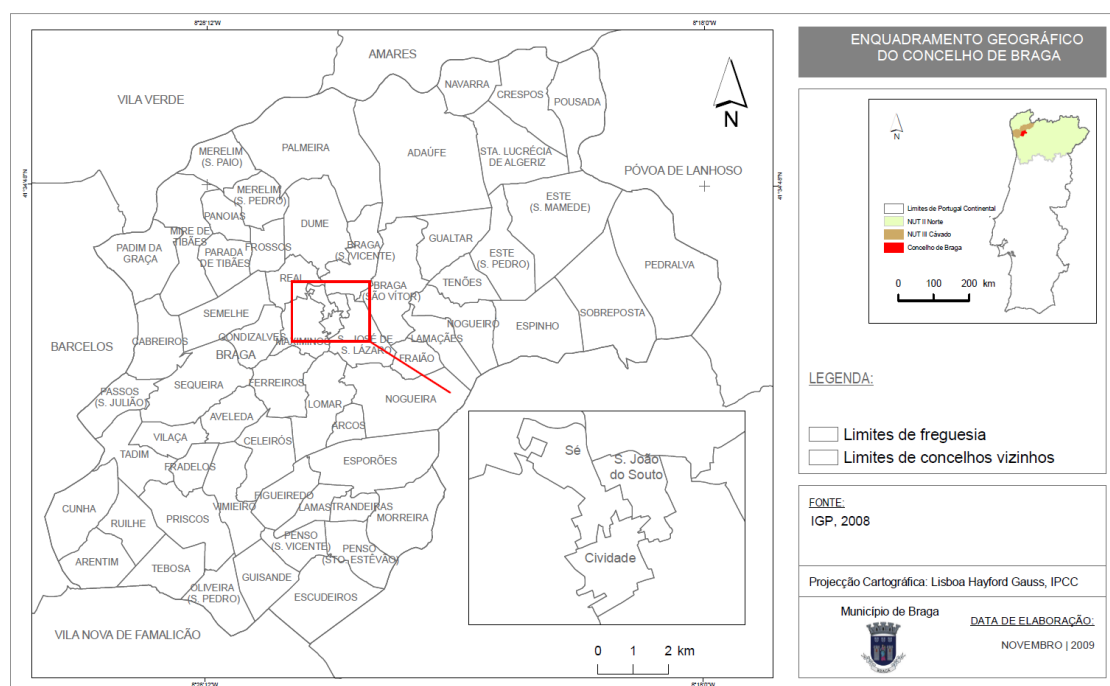
Na Parte IV consta a informação adicional à descrita nas partes anteriores do plano (informação doutrinária, estudos ou análises complementares de carácter técnico e científico, cartografia, listagens ou fluxogramas).

2

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Plano Municipal de Emergência que aqui se apresenta, é como o próprio nome sugere, um plano de âmbito municipal que incide sobre o concelho de Braga. Este localiza-se na NUT II Norte, NUT III Cávado e é sede de distrito. É limitado a Norte pelos concelhos de Vila Verde e Amares, a Nordeste e Este pela Póvoa de Lanhoso, a Sul e Sudeste por Guimarães e Vila Nova de Famalicão e a Oeste pelo concelho de Barcelos. Tem cerca de 184 km² e divide-se administrativamente em 62 freguesias.

Mapa 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Braga



Para a elaboração do PMEPCB foram considerados todos os riscos naturais, tecnológicos e mistos que possam ocorrer neste território, designadamente:

RISCOS NATURAIS

— Risco de Movimentos de Vertente;



- Risco de Cheias e Inundações;
- Risco Sísmico;
- Risco de Ondas de Calor;
- Risco de Secas;
- Risco Vagas de frio, geadas e nevões.

RISCOS TECNOLÓGICOS

- Risco de Incêndios Urbanos e Industriais;
- Risco de Acidentes Rodoviários;
- Risco de Acidentes Ferroviários;
- Risco de Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas;
- Acidentes em Estabelecimentos Industriais Perigosos;
- Risco de Colapso de Estruturas (barragens, pontes, viadutos, diques);
- Risco de Ruína (edifícios degradados).

RISCOS MISTOS

- Risco de Incêndio florestal;
- Risco de Contaminação de Aquíferos.

3

OBJECTIVOS GERAIS

De modo a prevenir a ocorrência de situações de emergência, minimizar os seus efeitos e garantir um eficaz e organizado nível de protecção e socorro à população, foram definidos os seguintes objectivos gerais para o PMEPCB:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios disponíveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil;
- Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;



- Inventariar os meios e recursos disponíveis para ocorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vida e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de autoprotecção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4

ENQUADRAMENTO LEGAL

O PMEPCB encontra-se devidamente enquadrado legalmente, conforme o disposto nos diplomas seguintes:

RESOLUÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL Nº 25/2008, DE 18 DE JULHO

Estabelece os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil. Normaliza a estrutura e os conteúdos dos planos de emergência de protecção civil e define a periodicidade com que devem ser revistos e sujeitos a exercícios.

Esta resolução clarifica ainda o acesso público aos planos de emergência e garante a disponibilização das suas componentes não reservadas, por um período não inferior a 30 dias.

LEI Nº 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO

Estabelece o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, a organização dos serviços municipais de protecção civil e as competências do comandante operacional municipal.

Determina ainda, relativamente aos planos municipais de emergência, que devem ser elaborados de acordo com as directivas provenientes da Comissão Nacional de Protecção Civil.

DECRETO-LEI Nº 134/2006, DE 25 DE JULHO

O Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), conforme definido em diploma próprio, é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de



protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

O referido diploma estabelece ainda o sistema de gestão de operações, que define a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.

LEI Nº 27/2006, DE 3 DE JULHO

A Lei de Bases da Protecção Civil.

Define os princípios, os objectivos e as orientações para a actividade de Protecção Civil, e delibera sobre as competências do Presidente da Câmara Municipal, no que respeita à execução da política de protecção civil e define a composição e competências das Comissões Municipais de Protecção Civil.

5

ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

Ao presente documento antecedeu uma outra versão, aprovada pela Comissão Nacional de Protecção Civil a 9 de Janeiro de 2002, conforme disposto no número 5, do artigo 21º da Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto (Lei de Bases da Protecção Civil), conjugado com o artigo 4º, do regulamento interno da CNPC.

Este plano foi alvo de actualização (lista de contactos) no ano de 2005. Tendo sido testado por duas vezes, através do CPX “CAVADEX 99” em 18 de Novembro de 1999 e do “CAVADEX 04” em 07 de Dezembro de 2004, sendo que no quadro seguinte encontram-se identificadas as informações mais importantes relativas aos exercícios realizados:

O processo de consulta pública do presente plano decorreu entre os dias 6 de Março de 2009 e 27 de Abril de 2009.

O presente plano recebeu parecer favorável da CMPC no dia 16 de Julho de 2010, por unanimidade.



6

ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PMEPCB articula-se com o Plano Distrital de Emergência de Braga e com os Planos Municipais de Emergência dos seis municípios adjacentes: Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos.

Na elaboração do PMEPCB foram considerados os instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e municipal, conforme se apresenta o quadro seguinte:

Quadro 1 - Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

NÍVEL DO IGT			DESIGNAÇÃO DO INSTRUMENTO
ÂMBITO NACIONAL		PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
		ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
	PLANOS SECTORIAIS	PNA	Plano Nacional da Água
		PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
		PNAAS	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde
		PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
		ENF	Estratégia Nacional para a Floresta
		PROFBM	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho
		PBHC	Plano da Bacia Hidrográfica do Cávado
		PBHA	Plano da Bacia Hidrográfica do Ave
ÂMBITO REGIONAL		PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
ÂMBITO MUNICIPAL		PDM	Plano Director Municipal
	PLANOS SECTORIAIS	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA		PDEPCB	Plano Distrital de Emergência de Protecção Civil de Braga
		PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Protecção Civil dos municípios adjacentes

Seguidamente é apresentada uma matriz onde constam os instrumentos que se articulam com o PMEPCB, destacando-se os pontos que convergem entre os planos:



Quadro 2 - Matriz de convergência entre o PMEPCB e os Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	PNPOT	ENDS	PNA	PNDFCI	PNAAS	PNPR	ENF	PROF-BM	PBHC	PBHA	PROT-N	PDM	PMDFCI	PDEPCB	PMEPC Adjacentes
O PMEPC visa estabelecer															
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X	X		X	X	X
Medidas de prevenção a adoptar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe				X		X							X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da protecção civil municipal	X		X	X				X	X	X	X		X	X	X
Critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X									X	X	X
Estrutura operacional que há-de garantir a unidade de direcção e o controlo permanente da situação	X			X									X	X	X

ACRÓNIMOS:

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável; PNA – Plano Nacional da Água; PNDFCI – Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios; PNAAS – Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde; PNPR – Plano Nacional de Prevenção Rodoviária; ENF – Estratégia Nacional para as Florestas; PROF-BM – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho; PBHC – Plano da Bacia Hidrográfica do Cávado; PBHA – Plano da Bacia Hidrográfica do Ave; PROT N – Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte; PDM – Plano Director Municipal; PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; PDEPCB – Plano Distrital de Emergência de Protecção Civil de Braga.

**7****ACTIVAÇÃO DO PLANO****7.1 COMPETÊNCIA PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO**

Segundo a Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho), compete ao Presidente da Câmara Municipal, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, propor à Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) a activação do PMEPCB, que é a entidade competente pela sua activação. A activação do PMEPCB pressupõe assim a prévia audição da CMPC na sua totalidade ou, caso a ocorrência o justifique, pode ser activado com uma composição reduzida, sendo posteriormente sancionado pelo plenário da CMPC. Assim, perante uma ocorrência que o justifique a CMPC de Braga poderá deliberar a activação do PMEPCB com a presença de um menor número de membros, sendo que a composição reduzida da CMPC variará em função do tipo de acidente grave ou catástrofe.

A activação do PMEPCB assegura a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afectos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos. Com a activação do plano pretende-se “desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência reabilitação adequadas a cada caso” (artigo 35.º, Lei n.º 27/2006).

Com a activação do PMEPCB, as operações de emergência passam a ser coordenadas pelo director do plano, que é o Presidente da Câmara Municipal de Braga, enquanto responsável pela política de protecção civil no município. Em caso de ausência ou impedimento do Presidente da Câmara, este será revezado pelo seu substituto legal ou outro por ele designado.

Para divulgar a activação do plano de emergência será efectuado um comunicado por parte do Director do plano, ou na sua ausência, o seu substituto; será enviada uma nota de imprensa para os órgãos de comunicação social e disponibilizada informação na página de Internet. Assim, serão utilizados os seguintes meios de divulgação:

- Sítio da Câmara Municipal de Braga (<http://www.cm-braga.pt>);
- Órgãos de comunicação social (Antena Minho, Rádio Universitária do Minho, Rádio Televisão do Minho, Rádio Renascença – Voz do Minho, Jornal Correio do Minho e Diário do Minho);
- Editais;
- Mensagens SMS;
- Outros meios de divulgação disponíveis.

Após se estabelecerem as condições mínimas de normalidade, e o director do plano o ordenar, será feita a sua desactivação, com recurso aos mesmos meios que foram utilizados para a sua activação. De referir que a comunicação da activação/desactivação do PMEPCB deverá ser sempre realizada aos municípios



vizinhos (Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos) e à ANPC/CDOS de Braga.

7.2 CRITÉRIOS PARA A ACTIVAÇÃO DO PLANO

Os planos de emergência são activados quando existe a necessidade de adoptar medidas preventivas ou especiais de reacção que não estejam expressas na actividade normal de protecção civil.

Desta forma, a CMPC activará o PMEPCB quando detecte uma previsibilidade muito elevada de ocorrência de situação de acidente grave ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adopção imediata de medidas excepcionais de prevenção, planeamento e informação.

Os critérios a utilizar para fundamentar a activação/desactivação do plano são um processo algo complexo devido à transversalidade de riscos envolvidos no PMEPCB. Contudo, os critérios estipulados pela ANPC que devem ser considerados no âmbito da elaboração dos planos municipais de emergência de protecção civil são:

- Efeitos na população;
- Danos nos bens e património;
- Danos nos serviços e infra-estruturas;
- Danos no ambiente;
- Características da ocorrência.

Assim, em caso de ocorrência (independentemente do risco) serão analisados os cinco critérios supracitados, em termos de probabilidade e de gravidade, sendo posteriormente considerados quatro estados de alerta do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), constantes da Directiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007.

A probabilidade deve ser avaliada para cada um dos critérios, de acordo com o quadro seguinte:



Quadro 3 – Definição da probabilidade de ocorrência

DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE
Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	Média-alta
É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; nível elevado de incidentes registados; fortes evidências; forte probabilidade de ocorrência do evento; fortes razões para ocorrer; pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	Elevada
Ocorrência real verificada.	Confirmada

A gravidade deve ser verificada, tendo em consideração os quadros seguintes para cada um dos critérios:

Quadro 4 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “efeitos na população”

EFEITOS NA POPULAÇÃO	GRAVIDADE
Até 15 sinistrados; Até 20 famílias desalojadas;	Moderada
Entre 15 e 30 sinistrados; Entre 20 e 30 famílias desalojadas; Até 15 mortos.	Acentuada
Mais de 30 sinistrados; Mais de 30 famílias desalojadas; Mais de 15 mortos.	Crítica

Quadro 5 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos bens e património”

DANOS NOS BENS E PATRIMÓNIO	GRAVIDADE
Inutilização dos bens por menos de 24 horas.	Moderada
Inutilização dos bens por um período compreendido entre 24 e 48 horas.	Acentuada
Inutilização dos bens por um período superior a 48 horas.	Crítica

Quadro 6 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos nos serviços e infra-estruturas”

DANOS NOS SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURAS	GRAVIDADE
Afectação de serviços e/ou infra-estruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (menos de 24 horas).	Moderada
Afectação de serviços e/ou infra-estruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (período compreendido entre 24 e 48 horas).	Acentuada
Afectação de serviços e/ou infra-estruturas que pela sua importância causa constrangimento na comunidade (Período superior a 48 horas).	Crítica

**Quadro 7 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “danos no meio ambiente”**

DANOS NO AMBIENTE	GRAVIDADE
Algum impacte no ambiente mas sem efeitos duradouros.	Moderada
Alguns impactes no ambiente com efeitos a longo prazo.	Acentuada
Impacte ambiental significativo e/ou danos permanentes.	Crítica

Quadro 8 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “características da ocorrência”

CARACTERÍSTICAS DA OCORRÊNCIA	GRAVIDADE
Controlável com reforço e empenhamento de vários meios e uma actuação concertada. Controlável em menos de 12 horas.	Moderada
Situação dificilmente controlável em menos de 12 horas.	Acentuada
Ocorrência presumivelmente incontrolável nas próximas horas. Necessário um período de tempo igual ou superior a 24 horas para controlar a situação.	Crítica

Quadro 9 – Gravidade da ocorrência em relação ao parâmetro “extensão territorial afectada”

EXTENSÃO TERRITORIAL AFECTADA	GRAVIDADE
Entre 5% e 10% da área territorial afectada.	Moderada
Entre 10% a 20% da área territorial afectada.	Acentuada
Mais de 20% da área territorial afectada.	Crítica

Após a definição da probabilidade e gravidade para cada um dos critérios, verifica-se na seguinte matriz de risco qual o estado de alerta correspondente.

Quadro 10 – Matriz de risco (gravidade versus probabilidade)

GRAVIDADE	PROBABILIDADE		
	Média-alta	Elevada	Confirmada
Moderada			
Acentuada			
Crítica			

Após definir o estado de alerta para cada um dos critérios, adopta-se aquele que apresentar o mais gravoso e procede-se de acordo com o estabelecido no quadro seguinte para cada um dos estados de alerta do plano:



Quadro 11 – Níveis de alerta do plano

ESTADO DE ALERTA	DESCRIÇÃO
	Situações de emergência de âmbito e dimensão relativamente limitada que, contudo, podem potenciar o desenvolvimento de consequências mais gravosas. Os serviços e entidades deverão garantir as condições de operacionalidade adequadas à situação.
	Situações de emergência em que se admite não ser possível controlar a situação num curto espaço de tempo e que podem potenciar o desenvolvimento de consequências que excedam a capacidade de controlo do nível municipal. Necessária a intervenção conjunta de várias entidades. As entidades intervenientes no plano devem garantir o reforço do estado de prontidão.
	Situações de emergência em que presumivelmente não será possível o seu controlo num curto espaço de tempo e que excedem a capacidade de controlo do nível municipal. Total empenho das estruturas operacionais de protecção civil. Necessidade de uma resposta de nível distrital.

De seguida é fundamental atender aos factores de agravamento pois a sua presença poderá condicionar ou afectar as operações de socorro. Caso se confirme a existência de algum dos factores de agravamento (Quadro 12), o nível de alerta estabelecido *à priori* poderá ter de passar para o nível seguinte.

Quadro 12 – Factores de agravamento em função de cada risco

RISCOS	FACTORES DE AGRAVAMENTO
Movimentos de Vertente	<ul style="list-style-type: none"> – Previsão de precipitação intensa e contínua nas próximas horas; – Ausência de vegetação; – Saturação do solo em água;
Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> – Previsão de condições meteorológicas adversas para as próximas horas; – Reduzida permeabilidade na zona do sinistro; – Confluência de vários cursos de água a montante; – Previsível descarga de barragens a montante; – Zonas a montante do local da ocorrência com o coberto vegetal destruído; – Estreitamentos artificiais dos canais fluviais próximos a jusante da zona de sinistro; – Entulhamento ou encanamento dos cursos de água a jusante da área de sinistro.
Sismos	<ul style="list-style-type: none"> – Probabilidade de réplicas; – Desencadeamento de outras situações de emergência (efeito dominó);
Ondas de Calor	<ul style="list-style-type: none"> – Previsão de agravamento das condições meteorológicas; – Problemas no abastecimento de água.
Secas	<ul style="list-style-type: none"> – Previsão de agravamento das condições meteorológicas; – Nível reduzido das reservas de água; – Risco de incêndio muito elevado; – Problemas relacionados com o abastecimento de água às populações.



RISCOS	FACTORES DE AGRAVAMENTO
Vagas de Frio, Geadas e Nevões	<ul style="list-style-type: none"> – Previsão de agravamento das condições meteorológicas; – Falhas de energia eléctrica; – Populações isoladas devido à queda de neve; – Problemas relacionados com o abastecimento de água e outros recursos essenciais.
Incêndios Urbanos e Industriais	<ul style="list-style-type: none"> – Proximidade de outras indústrias ou aglomerados populacionais; – Probabilidade de extensão do incêndio a zonas adjacentes; – Existência de materiais perigosos; – Proximidade a estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º254/2007, de 12 de Julho (estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o homem e o ambiente).
Acidentes Rodoviários	<ul style="list-style-type: none"> – Elevado número de vítimas encarceradas; – Topografia acidentada do terreno; – Previsão de condições meteorológicas adversas para as próximas horas.
Acidentes Ferroviários	<ul style="list-style-type: none"> – Inacessibilidade para os meios de socorro; – Elevado número de vítimas; – Condições meteorológicas adversas; – Topografia acidentada do terreno.
Acidentes no Transporte de Matér Perigosos	<ul style="list-style-type: none"> – Proximidade de aglomerados populacionais; – Proximidade de cursos de água; – Proximidade de condutas de esgoto ou canais de escoamento de águas pluviais; – Situação de impacto ambiental grave.
Acidentes em Estabelecimentos Industriais Perigosos	<ul style="list-style-type: none"> – Elevado número de trabalhadores expostos; – Proximidade de outras indústrias ou aglomerados populacionais; – Perigosidade das substâncias existentes; – Necessidade de evacuar um elevado número de pessoas; – Impactos ambientais graves; – Possibilidade de emissões tóxicas, explosões ou incêndios; – Inexistência de meios suficientes, adequados ao controlo da situação.
Colapso de Estruturas	<ul style="list-style-type: none"> – Condições meteorológicas adversas; – Desencadeamento de outras situações de emergência (efeito dominó).
Ruína (Edifícios Degradados)	<ul style="list-style-type: none"> – Ruína de edifícios contíguos; – Estabilização de emergência demorada; – Elevado número de vítimas.
Incêndios Florestais	<ul style="list-style-type: none"> – Previsão de condições meteorológicas adversas para as próximas 24 horas; – Proximidade de zona com elevado nível de combustível; – Proximidade de aglomerados populacionais;



RISCOS	FACTORES DE AGRAVAMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> Existência de perigos adicionais.
Contaminação de Aquíferos	<ul style="list-style-type: none"> Impossibilidade de controlo da propagação da água contaminada; Tipo de contaminação da água; Inexistência de tratamento ou remoção adequada; Contaminação de água utilizada para consumo.

No entanto, esta tipificação dos riscos não impede que o PMEPCB possa ser activado em outras circunstâncias, atenta a ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe.

8

PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

Para verificar a operacionalidade do plano, devem ser realizados exercícios periódicos, em que se simulam situações de emergência para diferentes riscos. O planeamento e realização destes treinos possibilita testar o plano em vigor, adaptando e actualizando em caso de necessidade, assim como, rotinarem-se os procedimentos a adoptar em situações reais de emergência.

Existem dois tipos de exercícios que podem ser realizados: exercícios do tipo CPX e exercícios do tipo LivEX, conforme se pode ver no Quadro 13:

Quadro 13 – Tipos de exercício

TIPO	DESCRIÇÃO
CPX	<p>Exercícios em sala;</p> <p>Sem movimentação de meios no terreno;</p> <p>Visam testar comunicações e procedimentos.</p>
LivEX	<p>Exercícios no exterior;</p> <p>Com movimentação de meios no terreno;</p> <p>Visam testar tempos de resposta, articulação de meios e coordenação no terreno.</p>

A realização de exercícios encontra-se devidamente legislada no artigo 9º da Resolução n.º25/2008:

“2 – Excepto se disposto em contrário em legislação sectorial específica, os planos de emergência devem ser objecto de exercícios pelo menos bianualmente.

3 – Sem prejuízo da periodicidade referida no número anterior, a primeira revisão de um plano de emergência, após a publicação da presente directiva, deve ser seguida da realização de um exercício no prazo máximo de 180 dias após a aprovação da revisão.”



Neste sentido, é fundamental a realização de um exercício anual de posto de comando CPX e de um exercício de ordem operacional LivEX.

De acordo com os objectivos supramencionados e com o intuito de testar a operacionalidade do PMEPCB para os principais riscos a que o concelho está sujeito, apresenta-se o seguinte programa de exercícios:

Quadro 14 – Exercícios referentes a incêndios florestais e movimentos de vertente

RISCO	DESCRIÇÃO	
	Tipo	Data
Movimentos de Vertente	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Após alguns dias de precipitação, numa zona afectada pelos incêndios florestais do último verão, ocorre um deslizamento de terras de elevada dimensão. Um “rio” de lama e pedras atinge fortemente uma população, causando vários estragos em habitações, levando ao corte de estradas e deixando muitas pessoas isoladas.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; INEM; GIPS; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliar a resposta dos meios de socorro numa zona de busca e salvamento em ambiente urbano; – Verificar a capacidade de proceder à estabilização das vertentes; – Testar a capacidade de bombeamento de lamas do interior das habitações; – Prestar apoio logístico à população afectada; – Analisar a capacidade de realojamento temporário da população afectada. 	
Inundações	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Após um período de forte precipitação vários pontos do concelho são afectados por inundações, existindo um grande número de pedidos de socorro.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Bombeiros Voluntários de Braga; Forças de Segurança; Polícia Municipal de Braga; INEM; Autoridade de Saúde de Nível Municipal ¹ ; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga; Serviço local de Segurança Social de Braga; AGERE-EM.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Coordenar a actuação do corpo de bombeiros sapadores, dos bombeiros voluntários e de outros agentes de protecção civil, de modo a dar resposta a todas os pedidos; – Definir prioridades de resposta; 	

¹ Segundo o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril, a autoridade de saúde de nível municipal também pode ser designada por delegado de saúde.



RISCO	DESCRIÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> – Proceder a acções de busca e salvamento nas áreas mais afectadas; – Evacuação da população afectada para abrigos temporários; – Testa a capacidade de bombeamento de água das zonas inundadas. 	
Sismos	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	<p>Ocorrência de um sismo de grau VI na escala de Mercalli modificada com epicentro próximo de Braga;</p> <p>Colapsos parciais de edifícios em mau estado de conservação na zona do centro histórico;</p> <p>Existência de vítimas presas nos escombros dos edifícios;</p> <p>Situações de pessoas em pânico na zona do centro histórico.</p>	
	Meios e entidades envolvidas	
	<p>Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal; GIPS; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga; SMPC; Instituto de Meteorologia, Órgãos de Comunicação Social; IPSS's; CNE – Núcleo de Braga.</p>	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Proceder à busca e salvamento de vítimas em ambiente urbano; – Testar a capacidade de efectuar avaliação e escoramento de estruturas; – Proceder à desobstrução de pontos de acesso; – Verificar a capacidade de prestar apoio psicológico às vítimas. 	
Ondas de Calor e Secas	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	<p>Onda de calor afecta o concelho de Braga em toda a sua extensão territorial;</p> <p>A situação de seca que já se fazia sentir no concelho sofreu um agravamento significativo;</p> <p>Instituto de Meteorologia não prevê descida da temperatura para os próximos dias;</p> <p>Problemas no abastecimento de água à população;</p> <p>Necessário evacuar grupos de pessoas mais vulneráveis.</p>	
	Meios e entidades envolvidas	
	<p>Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal de Braga; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga; SMPC; Instituto de Meteorologia; Órgãos de Comunicação Social; CNE – Núcleo de Braga.</p>	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Monitorizar grupos de risco; – Controlar as reservas de água, estabelecendo restrições ao seu uso; – Verificar a capacidade de proceder ao abastecimento de água à população; – Proceder à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados; – Avaliar o acesso e a capacidade das instalações climatizadas; 	



RISCO	DESCRIÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgar recomendações e medidas de autoprotecção; – Verificar a capacidade de vigiar a qualidade da água para consumo humano; – Gestão de meios humanos e técnicos a afectar aos serviços de urgência, ao apoio ambulatorio e às áreas de abrigo. 	
Vagas de Frio, Geadas e Nevões	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Vaga de frio atinge o concelho de Braga em toda a sua extensão territorial; Forte nevão leva ao corte de estradas no concelho e deixa algumas populações isoladas; Necessário proceder à distribuição de agasalhos e à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados; Previsão meteorológica adversa para os próximos dias.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal de Braga; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga; SMPC; Instituto de Meteorologia, Órgãos de Comunicação Social; Estradas de Portugal; CNE – Núcleo de Braga.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Monitorizar os grupos de risco; – Proceder à evacuação de grupos mais vulneráveis para abrigos climatizados; – Avaliar o acesso e a capacidade das instalações climatizadas; – Divulgar recomendações e medidas de autoprotecção; – Verificar a capacidade de manter os vários tipos de equipamento devidamente operacionais; – Proceder à limpeza de estradas cortadas pela neve e assegurar que não existem populações isoladas; – Gestão de meios humanos e técnicos a afectar aos serviços de urgência, ao apoio ambulatorio e às áreas de abrigo. 	
Incêndios Urbanos e Industriais	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Incêndio no Centro Comercial; Necessário proceder à evacuação de todas as pessoas do edifício; Existência de vítimas, devido a intoxicação e a terem sido espezinhadas.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal de Braga; CVP – Delegação de Braga; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Testar o funcionamento dos pontos de água; – Avaliar a intervenção das equipas de socorro e combate ao incêndio; 	



RISCO	DESCRIÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliar o tempo de evacuação das pessoas do interior do centro comercial; – Testar a abertura de corredores de emergência e reencaminhamento do tráfego; – Proceder à montagem de um posto de triagem no local, se necessário face ao número de vítimas. 	
Acidentes Rodoviários	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	<p>Colisão entre dois veículos ligeiros de passageiros e um veículo pesado de passageiros; O veículo pesado de passageiros e um dos veículos ligeiro de passageiros caíram por uma ravina com mais de 50 metros de altura; Existência de um elevado número de vítimas, algumas encarceradas.</p>	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal de Braga; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Câmara Municipal de Braga; Órgãos de comunicação social; CVP – Delegação de Braga.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Analisar a capacidade de busca e salvamento em local de topografia acidentada; – Proceder à montagem de um posto de triagem no local do acidente; – Verificar a capacidade de transporte das vítimas para as unidades hospitalares; – Proceder ao desencarceramento das vítimas em local de topografia acidentada; – Testar a abertura de corredores de emergência e reencaminhamento do tráfego; – Providenciar um local para apoio e informações aos familiares das vítimas; – Gestão de meios humanos e técnicos a afectar aos serviços de urgência e ao local do acidente. 	
Acidentes Ferroviários	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	<p>Descarrilamento de um comboio que fazia a ligação Porto - Braga em local de difícil acesso; Elevado número de vítimas.</p>	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Câmara Municipal de Braga; Órgãos de comunicação social; CVP – Delegação de Braga; CP; REFER;	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Analisar a capacidade de busca e salvamento em local de difícil acesso para os veículos de emergência; – Providenciar um local para apoio e informações aos familiares das vítimas; – Avaliar a capacidade de evacuar um elevado número de vítimas em local de difícil acesso para os veículos de emergência; – Gestão de meios humanos e técnicos a afectar aos serviços de urgência e ao local do 	



RISCO	DESCRIÇÃO	
	acidente.	
Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Despiste de um veículo cisterna de transporte de matérias perigosas e colisão com um prédio; Deflagração de um incêndio que rapidamente alastrou aos edifícios adjacentes; Existência de pessoas encurraladas no interior do prédio; Derrame da matéria perigosa.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; SMPC; Órgãos de comunicação social; CVP – Delegação de Braga; outras entidades.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Testar procedimentos de combate a incêndios com matérias perigosas; – Impedir o alastramento do derrame da matéria perigosa; – Proceder à evacuação das pessoas do interior do prédio; – Impedir o alastramento do incêndio e proceder à sua supressão; – Testar e avaliar a capacidade de proceder à trasfega da matéria perigosa restante; – Testar a limpeza e neutralização da matéria perigosa na zona afectada. 	
Acidentes em Estabelecimentos Industriais Perigosos	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Incêndio numa indústria de matérias perigosas.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; SMPC; Órgãos de comunicação social; CVP – Delegação de Braga; outras entidades.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Exercitar a capacidade de resposta dos meios de socorro perante um acidente que envolva matérias perigosas; – Combate ao incêndio, impedindo a sua propagação; – Busca e salvamento de eventuais vítimas. 	
Colapso de Estruturas	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Colapso parcial de um dos túneis da cidade de Braga atinge um autocarro e vários veículos ligeiros;	



RISCO	DESCRIÇÃO	
	Existência de um elevado número de vítimas, algumas encarceradas.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal de Braga; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Câmara Municipal de Braga; CVP – Delegação de Braga.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Testar a acessibilidade dos intervenientes à zona do sinistro; – Verificar a capacidade de remoção de destroços; – Proceder à abertura de corredores de emergência; – Proceder ao reencaminhamento do tráfego; – Testar a capacidade de escorar de estruturas. 	
Ruína (Edifícios Degradados)	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Ruína parcial de um prédio leva à existência de um número elevado de vítimas; Risco de ruína da restante parte do edifício.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Câmara Municipal de Braga; Órgãos de comunicação social; CVP – Delegação de Braga; IPSS's.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Estabelecer um perímetro de segurança; – Evacuação das pessoas em perigo; – Estabilização de emergência do edifício; – Proceder a acções de busca e salvamento das vítimas; – Proceder à reparação/demolição do edifício; – Realojamento das pessoas afectadas. 	
Incêndios Florestais	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Incêndio florestal de grandes dimensões nas imediações de uma população.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; Câmara Municipal de Braga; GIPS; SMPC; Autoridade Florestal Nacional, Órgãos de Comunicação Social; IPSS's; CNE – Núcleo de Braga.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Proceder à evacuação da população em risco; – Coordenar os esforços entre as diversas entidades intervenientes, de modo à evacuação da população não interferir com o combate ao incêndio; 	



RISCO	DESCRIÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliar a coordenação de meios aéreos e terrestres; – Testar o equipamento de comunicações das várias entidades intervenientes; – Testar acessos e capacidade de abastecimento dos diversos pontos de água existentes; – Prestar apoio logístico à população evacuada e às forças de intervenção. 	
Contaminação de Aquíferos	Tipo	Data
	CPX ou LivEX	A definir
	Cenário	
	Descarga accidental de resíduos perigosos no rio Este pode prejudicar a saúde, segurança e bem-estar das populações.	
	Meios e entidades envolvidas	
	Corpos de Bombeiros; Forças de Segurança; INEM; Hospital de Braga e ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Câmara Municipal de Braga; Órgãos de comunicação social; CVP – Delegação de Braga; AGERE-EM; INAG.	
	Objectivos	
	<ul style="list-style-type: none"> – Aviso à população, impedindo que a água do rio seja utilizada para qualquer finalidade; – Impedir/controlar a progressão dos resíduos perigosos; – Proceder à sua remoção/tratamento; – Monitorização da qualidade da água; – Proceder à reposição da fauna/flora afectada. 	